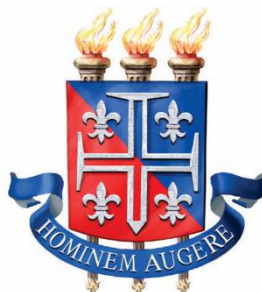


DEDC - CAMPUS XIII  
Departamento  
de Educação



**UNEB**

UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XIII**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AUDERLANIA DE OLIVEIRA BRITO**  
**IVONE SOUZA MACEDO**

**DESAFIOS DA CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA ACADÊMICA E DOMÉSTICA: UM  
ESTUDO COM DISCENTES MÃES E DONAS DE CASA DO CAMPUS XIII DA  
UNEB**

**Itaberaba-BA**

**2025**

**AUDERLANIA DE OLIVEIRA BRITO**  
**IVONE SOUZA MACEDO**

**DESAFIOS DA CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA ACADÊMICA E DOMÉSTICA: UM  
ESTUDO COM DISCENTES MÃES E DONAS DE CASA DO CAMPUS XIII DA  
UNEB**

Artigo Científico apresentado ao Departamento de Educação (DEDC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XIII, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciadas em Pedagogia.

**Linha de Pesquisa: Educação, Gênero e Diversidade.**

**Orientador:** Prof. Me. Gleiton Silva de Sales

**Itaberaba-BA**

**2025**

## DESAFIOS DA CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA ACADÊMICA E DOMÉSTICA PARA MULHERES UNIVERSITÁRIAS: UM OLHAR SOBRE DISCENTES MÃES E DONAS DE CASA DA UNEB

Auderlania de Oliveira Brito<sup>1</sup>  
Ivone Souza Macedo<sup>2</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado maior presença no ensino superior. Contudo, muitos desafios persistem, especialmente para aquelas que acumulam múltiplas funções no cotidiano. Logo, este estudo busca responder à seguinte pergunta: Como as mães e donas de casa da UNEB, DEDC - Campus XIII, conciliam as atividades acadêmicas com o acúmulo de papéis de universitárias, mães e responsáveis pelo cuidado doméstico? Diante disso, analisa-se os desafios enfrentados por mulheres que acumulam os papéis de universitárias, mães e donas de casa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, partindo da compreensão de que a cultura patriarcal e o sexismo continuam a exercer forte influência social. Para isso, realizou-se entrevistas semiestruturadas com cinco alunas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XIII – Itaberaba-BA), de modo a compreender as rotinas de sobrecarga, os impactos emocionais e físicos, a falta de apoio institucional, as táticas de resistência pessoal e como isso impacta na vida acadêmica. Como referencial teórico, utilizou-se Heleieth Saffioti (2015) e Pierre Bourdieu (1989), com a discussão sobre o patriarcado e a violência simbólica; Hirata e Kergoat (2007), abordando a divisão sexual do trabalho; hooks (2014) e Constância Duarte (2019), dialogando sobre feminismo. Os resultados demonstram que esta jornada provoca exaustão, desencadeando transtornos como ansiedade e depressão, além de levá-las a desistência do curso. O apoio familiar é frequentemente apontado como um fator crucial para a permanência, além da implementação de políticas institucionais de acolhimento, auxílios financeiros e a flexibilização das atividades acadêmicas.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero; Maternidade; Ensino superior; Divisão sexual do trabalho; Resistência feminina.

**Abstract:** In recent decades, women have achieved greater presence in higher education. However, many challenges persist, especially for those who balance multiple roles in their daily lives. Therefore, this study seeks to answer the following question: How do mothers and housewives from UNEB, DEDC - Campus XIII, reconcile academic activities with the accumulation of roles as university students, mothers, and those responsible for domestic care? In light of this, the challenges faced by women who accumulate the roles of university students, mothers, and housewives are analyzed. The research adopts a qualitative approach, based on the understanding that patriarchal culture and sexism continue to exert strong social influence. To this end, semi-structured interviews were conducted with five female students from the State University of Bahia (UNEB – Campus XIII – Itaberaba-BA), in order to understand routines of overload, emotional and physical impacts, lack of institutional support, personal resistance tactics, and how this impacts academic life. As a theoretical framework, Heleieth Saffioti (2015) and Pierre Bourdieu (1989) were used regarding the discussion on patriarchy and symbolic violence; Hirata and Kergoat (2007), addressing the sexual division of labor; and hooks (2014) and Constância Duarte (2019), discussing feminism. The results demonstrate that this journey causes exhaustion, triggering disorders such as anxiety and depression, in addition to leading them to drop out of the course. Family support is frequently identified as a crucial factor for persistence, as well as the implementation of institutional welcoming policies, financial aid, and flexibility in academic activities.

**Keywords:** Gender inequality; Motherhood; Higher education; Sexual division of labor; Female resistance.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC – Campus XIII – Itaberaba-BA). E-mail: Lane.mota27@hormail.com.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC – Campus XIII – Itaberaba-BA). E-mail: vonesouza@outlook.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

O acúmulo de atividades desempenhadas pelas mulheres impacta diretamente seu rendimento acadêmico. A presença feminina no ensino superior representa uma conquista social e histórica, resultado de longas lutas por igualdade de oportunidades e pelo acesso à educação. No entanto, apesar dos avanços alcançados, muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos para conciliar as exigências da vida acadêmica com as responsabilidades domésticas e familiares. Esse cenário torna-se ainda mais desafiador quando se trata de discentes que, além de estudantes, são mães e donas de casa, acumulando simultaneamente diversas tarefas de cuidado e trabalho.

Nessa conjuntura, ao valorizar o masculino e desvalorizar o feminino, reforça desigualdades que se manifestam em diferentes etapas da formação e nas oportunidades oferecidas. Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte pergunta: Como as mães e donas de casa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Educação, DEDC - Campus XIII, conciliam as atividades acadêmicas com o acúmulo de papéis de universitárias, mães e responsáveis pelo cuidado doméstico?

Com isso, vê-se que a forma como a universidade é organizada sempre foi pensada para um tipo de pessoa, e não é só uma questão de não saber organizar o tempo, mas sim o resultado de um sistema que não foi feito para receber as diferentes vivências das discentes, o que justifica relevância deste trabalho ao buscar compreender de que maneira a cultura patriarcal e sexista influencia o percurso de mulheres universitárias, especialmente no que se refere à conciliação entre a vida acadêmica e as tarefas domésticas.

Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: investigar como os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho interferem na rotina das mulheres universitárias; identificar os principais desafios enfrentados por essas estudantes na conciliação das responsabilidades acadêmicas e familiares; analisar o impacto da sobrecarga de trabalho doméstico sobre o desempenho acadêmico; discutir as estratégias adotadas por mulheres para equilibrar as demandas do ambiente universitário e do lar.

Nesta perspectiva, o artigo foi estruturado da seguinte forma: introdução; em seguida, apresenta-se o arcabouço teórico que fundamenta a análise, discutindo conceitos relacionados à segregação de gênero no mercado de trabalho, à herança patriarcal e à influência simbólica

nas relações sociais. Logo após, descreve-se o método adotado, seguido da análise de dados. Por fim, nas reflexões finais, sintetiza-se as principais descobertas.

## 2 A MULHER NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Historicamente, as mulheres foram privadas do acesso à educação formal, sendo seu aprendizado limitado ao lar, com foco na preparação para o matrimônio, a maternidade e a gestão da casa (Martins *et al.*, 2022). Por sua vez, enquanto os homens recebiam formação para exercer a medicina e a advocacia, as mulheres eram ensinadas em "prendas domésticas", como o bordado e a costura, tidas como cruciais para o papel que a sociedade lhes impunha (Bezerra, 2010, p. 2).

A partir desta compreensão, ressalta-se que durante o Brasil Colônia, a alfabetização feminina era encarada como algo ameaçador, impedindo que mulheres fossem elas brancas, negras escravizadas ou indígenas aprendessem a ler e a escrever (Ribeiro, 2003, p. 2). Com isso, apenas no século XIX foi que o público feminino começou a frequentar a escola, com a expansão do ensino primário, embora de maneira restrita e visando reforçar seu papel na sociedade e na moral (Beltrão; Alves, 2009). Enquanto o ensino secundário abria caminho para a universidade ser espaço privilegiado para o universo feminino, o foco era a formação de professoras. Essa separação tornava mais difícil o acesso ao ensino superior, já que o currículo do curso normal não preparava para os exames de admissão, que se baseavam em matérias dos cursos secundários clássico e científico, cursados principalmente por homens (Barroso; Mello, 1975; Guedes, 2008).

Por isso, a entrada das mulheres nas universidades do Brasil aconteceu bem depois do que deveria. Em 1880, Rita Lobato Velho Lopes foi a pioneira, entrando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Sousa, 2008). Isso se tornou possível porque, em 1879, Dom Pedro II permitiu que mulheres estudassem em cursos de nível superior (Bezerra, 2010, p. 4). Mesmo assim, por muito tempo, a ausência deste gênero nos cursos do ensino médio impediu que muitas chegassem à universidade, tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX (Beltrão; Alves, 2009, p. 128).

Entretanto, a grande virada ocorreu a partir da década de 1960, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 tornou o magistério equivalente ao curso de grau médio, permitindo que as mulheres pudessem concorrer ao vestibular (Beltrão; Alves, 2009, p. 130). Apesar do avanço quantitativo, a inserção feminina não significou equidade de gênero imediata. Isso porque as mulheres inicialmente se concentraram em cursos considerados

"femininos", ligados à educação e ao cuidado, como Pedagogia, Letras, Serviço Social e Enfermagem (Bezerra, 2010, p. 6; Nunes; Pina; Silva, 2021). Em contrapartida, os homens permaneceram majoritários em áreas como engenharias e tecnologias, perpetuando a tradicional divisão sexual do trabalho (Nunes; Pina; Silva, 2021, p. 160). Portanto, a trajetória feminina rumo à universidade foi uma "[...] longa e difícil luta contra a invisibilidade[...]" (Bezerra, 2010, p. 1), marcada pela transição de uma educação voltada para o lar para a conquista do espaço público e acadêmico.

### **3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E COMPLEXIDADE DO CUIDADO**

#### **3.1 IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA**

Para o entendimento de como as mulheres enfrentam desafios atuais na esfera universitária, necessita-se pontuar sobre o patriarcado, entendido não apenas como uma cultura machista, mas como um sistema de poder que ainda prevalece na sociedade contemporânea. Com esta noção, depreende-se que a continuidade desta estrutura se dá, na maioria das vezes, pela violência simbólica, que é invisível a suas vítimas. Essa dominação internalizada é explicada pelo conceito de *habitus* de Bourdieu. O *habitus* é "um conhecimento adquirido e também um haver, um capital de um agente em ação (...)", tratando-se de dispositivos que operam "sem necessidade de o agente raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço" (Bourdieu, 1989, p. 61-62).

É neste sentido que se pode dizer que a conformidade com o papel de cuidado assumido pela mulher, imposta pela ideologia de dominação masculina, solidificou em diversos espaços o que dificulta as mulheres a assumir outros espaços, visto as cobranças sociais. É por isso que aqui ressalta-se a limitação aos bens culturais que "nem todos 'detêm o código que permite decifrá-los' (Bourdieu, 2003, p. 297)", e a sobrecarga de trabalho doméstico é o primeiro fator a restringir o acesso a esses meios.

Com alusão a isso, a exclusão da mulher da narrativa histórica tradicional brasileira foi pautada por um sujeito universal. ou seja, um tipo de cidadão que representaria toda a nação. Esse sujeito, porém, é abstrato, porque não leva em conta as diferenças reais entre as pessoas, como raça, classe social e gênero. Na prática, isso significa que essa visão "universal" é, na verdade, baseada em um padrão masculino, branco e de classe média, que se impôs como se fosse o modelo de todos: "da integralidade de um sujeito nacional universal, cuja identidade se impõe de forma abstrata, dissociada de materialidades resistentes como raça, classe e gênero" (Schmidt, 2009, p. 69). A história das mulheres foi pouco registrada, uma vez que elas foram

apagadas ou deixadas de lado. Por isso, estudar e pesquisar sobre as mulheres não é apenas falar delas individualmente, mas reconhecer a importância do grupo social que elas formam e dar visibilidade a suas experiências, lutas e contribuições.

### 3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, CUIDADO E A CRÍTICA AO PARADIGMA DA CONCILIAÇÃO

Hirata e Kergoat (2007) criticam a política de conciliação vida familiar e vida profissional, argumentando que ela é "fortemente sexuada, visto que define implicitamente um único ator (ou atriz) dessa 'conciliação': as mulheres, e consagra o status quo segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional" (p. 603). O uso de termos como "dupla jornada", "acúmulo" ou "conciliação de tarefas" servem apenas como "um apêndice do trabalho assalariado", ignorando que o tempo e a energia gastos no cuidado deveriam ser considerados "um trabalho não remunerado".

Portanto, o trabalho e cuidado é um elemento central na normatização de gênero. Guimarães e Pinheiro (2023) propuseram a noção de "halo do cuidado", que abarca as demandas para além do trabalho direto, incluindo o trabalho doméstico e as atividades de suporte e demandas emocionais, por exemplo. Diante disso, o maior desafio é reconhecer as "similitudes que aproximam os elementos que estão no interior do halo e que os diferenciam dos que estão fora dele" (Guimarães; Pinheiro, 2023, p. 447).

Quando Valquíria Padilha (2013) fala em "*trabalho extra*", chama atenção para o trabalho emocional, que é um esforço invisível e não remunerado que se soma às atividades acadêmicas. Isso inclui, por exemplo, o cuidado com os outros, o esforço para manter relações harmoniosas e a sobrecarga mental que recai, de forma desproporcional, sobre as mulheres. Além disso, Franco (2024) reforça a importância dessa dimensão, mostrando que não se trata apenas de produtividade intelectual, mas também das exigências afetivas e psicológicas que tornam a trajetória acadêmica feminina mais árdua.

A partir da análise de hooks (2014), fica evidente a contradição do discurso usado durante o período da escravidão: as mulheres negras eram vendidas por um preço mais baixo com o argumento de que eram "frágeis", mas, na prática, eram obrigadas a realizar o mesmo trabalho pesado que os homens. Essa incoerência mostra que a ideia de fragilidade feminina servia apenas como desculpa para manter desigualdades, e não correspondia à realidade. Para justificar esse tratamento, criou-se o estereótipo de que as mulheres negras eram "masculinizadas" e diferentes das demais, o que ajudou a consolidar imagens negativas e

desumanizadoras sobre elas — marcas que ainda influenciam a forma como a sociedade as enxergam hoje.

Nesta perspectiva, Segundo Ferreira (2004), o sexismo é resultado de uma cultura em que o masculino é o centro, ou seja, uma sociedade que historicamente foi construída para favorecer os homens e limitar o papel das mulheres. Essa estrutura foi reforçada por leis, pela medicina e por normas sociais que naturalizaram a ideia de que o homem é o centro do poder e da razão, enquanto a mulher é o “outro”, mais emocional e dependente.

Diante desse cenário, o Movimento Feminista, como lembra Constância Duarte (2019), surge para questionar e romper esses padrões de submissão e desigualdade. O feminismo não deve ser visto apenas como teoria, mas como uma ação prática e coletiva que busca garantir direitos, liberdade e reconhecimento às mulheres em todos os espaços sociais. Constância Duarte (2019, p. 27) afirma que numa ótica social

[...] o feminismo [...] deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo.

Por fim, inspirada em Saffioti (2015), pode-se pensar que a luta feminina na universidade é muito mais do que um esforço individual: é uma forma de resistência política e social. Permanecer e conquistar espaço no meio acadêmico significa enfrentar séculos de exclusão e desafiar estruturas que ainda insistem em manter as mulheres, sobretudo as negras e as de classes populares que estão à margem.

### 3.3 PATRIARCADO, A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A CRÍTICA ÀS IDEOLOGIAS DE MÉRITO

Com a persistência da cultura machista e a divisão sexual do trabalho, a sociedade impõe às mulheres a responsabilidade maior pelo cuidado da casa e dos filhos, mesmo quando elas estudam ou trabalham fora. Desse modo, as mães estudantes acabam enfrentando menos tempo disponível, mais cansaço e acúmulo de responsabilidades, o que dificulta ainda mais sua trajetória acadêmica. Visto isso:

A supremacia masculina está muito relacionado à história, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai

a atenção do poder patriarcal, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. "(Saffioti, 2015, p. 243)

Neste viés, o pensamento de Heleieth Saffioti (2015) mostra que essa desigualdade é estrutural e precisa ser enfrentada coletivamente, não individualmente. Visto isso, as barreiras que dificultam a permanência das mulheres no ensino superior, mostram que essas dificuldades não são fruto do acaso, mas sim resultado de um sistema de poder antigo e persistente — a estrutura de controle do homem (Saffioti, 2015).

Nesta direção.

Oficialmente, as dificuldades de acesso às oportunidades ocupacionais sofridas por grupos minoritários (negros, mulheres...) seriam atribuídas a estes próprios em função de não possuírem os critérios objetivos (educação formal) necessários ao cargo. É sabido que a realidade organizacional tem frequentemente discriminado tais grupos minoritários, mesmo quando apresentam o mesmo nível educacional dos favorecidos (brancos). Obviamente as práticas discriminatórias nas organizações são camufladas por discursos (empregabilidade e competência), e pela própria ideologia meritocrática, que transfere a responsabilidade da obtenção de emprego e ocupações do social para o indivíduo. (Heleal, 2007, 19)

Segundo o autor, embora o discurso diga que o sucesso depende apenas do esforço individual, na realidade, há desigualdades e discriminações que impedem as mesmas oportunidades para todos. A ideologia meritocrática atua como um mecanismo de legitimação das desigualdades. O mérito, ao ser visto como valor, ignora as condições de partida. Michael Sandel (2021, p. 60) critica que o mérito divide, pois a “arrogância meritocrática” “responsabiliza e culpabiliza o indivíduo pelos seus insucessos”.

Diante disso, a exclusão histórica das mulheres da universidade, um domínio reservado aos homens, está intimamente ligada a essa estrutura, que organiza a sociedade em torno da superioridade masculina e da subordinação feminina. Saffioti (2015) rejeita a teoria dos sistemas duais (que separa opressão de gênero e classe), preferindo a metáfora do “nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo” (p. 139), o que potencializa as contradições e a exploração.

Portanto, a desigualdade entre homens e mulheres é mantida tanto pelo simbólico quanto pelo material: de um lado, pela internalização dos papéis sociais; de outro, pela estrutura econômica e laboral que hierarquiza o trabalho feminino. Juntos, esses mecanismos formam uma rede de dominação que continua a limitar o espaço e as oportunidades das mulheres, tanto na vida privada quanto na pública.

A tradução dessa herança na esfera laboral é a divisão sexual do trabalho, que define papéis distintos e hierarquizados para homens e mulheres. Hirata e Kergoat (2007) definem esta divisão por dois princípios: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher), os quais são válidos para todas as sociedades conhecidas (Hirata; Kergoat, 2007, p. 602). O trabalho doméstico e de cuidado, crucial para a sociabilidade capitalista, é historicamente “invisível”, não valorizado, não remunerado (Perrot, 2007), e o esforço invisível para manter a estabilidade familiar é definido como “trabalho extra” (Padilha, 2013).

A sobrecarga é agravada pela desigualdade salarial. Bruschini (2007) indica que, apesar do crescimento da presença feminina no mercado, as responsabilidades domésticas e de cuidado permanecem, o que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequeno. Então, a conciliação de papéis leva ao esgotamento, e o acesso e a permanência no ensino superior são fortemente influenciados pelas condições sociais e econômicas do indivíduo.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

Essa pesquisa é de natureza essencialmente qualitativa, pois é uma abordagem ideal para investigar o “[...] universo dos significados, dos motivos, das aspirações[...]” (Minayo, 2001, p. 172). Aliada a isso, possuiu um caráter descritivo, que se ocupa do “[...] registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, com vistas no funcionamento presente[...] ” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 173). Ao estudar um grupo específico de discentes, utilizamos o método monográfico, que parte do princípio de que “[...] qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes[...]” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 173). Assim, as histórias coletadas no Campus XIII da UNEB servem como um espelho para a condição de muitas mulheres universitárias no Brasil.

O processo de coleta de dados foi dividido em duas fases. Começou pela documentação indireta ou pesquisa bibliográfica, buscando o que já havia sido “[...] escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto[...]” recorrendo a “[...]livros, artigos científicos[...]” e outras referências (Fonseca, 2002, p. 32). Posteriormente, realizou-se as entrevistas, que segundo Gil (2008), a entrevista semiestruturada baseia-se em um roteiro de perguntas principais, mas permite que o entrevistador desenvolva novas questões a partir das respostas obtidas, o que favorece a exploração de aspectos imprevistos.

A escolha pelas entrevistadas Rosalinda, Margarida, Orquídea, Marcelina e Rosa justifica-se pelo fato de nós, graduandas, vivenciarmos realidades semelhantes das entrevistadas e por ter uma aproximação com as mesmas. Com isso, possibilitou uma melhor imersão e motivação para o aprofundamento da temática. Ademais, cabe pontuar que as entrevistas foram realizadas no período que compreende 23 a 25 de agosto de 2025.

O material resultante das entrevistas foi submetido à análise de conteúdo, uma técnica que "[...] constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias[...]" (Moraes, 1999, p. 2). A análise dos dados seguiu as três grandes fases propostas na literatura. Inicialmente, realizou-se a leitura das transcrições. A partir dessa imersão, organizou-se os dados e formulou-se hipóteses iniciais. Em seguida, passou-se para a fase de categorização. Por fim, houve o tratamento dos resultados, realizando inferências e interpretações.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO: VOZES DA RESISTÊNCIA**

Apresenta-se nesta seção, sob um prisma narrativo e analítico, a trajetória de cinco estudantes universitárias da UNEB, buscando compreender os desafios complexos da conciliação entre a maternidade, a vida universitária e as responsabilidades profissionais e domésticas. Para preservar a identidade e a privacidade das participantes, os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios inspirados em flores: Rosalinda, Margarida, Orquídea, Marcelina e Rosa. Iniciaremos com o perfil das entrevistadas, destacando as falas que as identificam em relação ao objeto do nosso estudo, e, em seguida aprofundaremos a nossa análise

### **5.1 VIDAS ENTRECRUZADAS: APRESENTAÇÃO DAS DISCENTES<sup>3</sup>**

#### **5.1.1 Rosalinda**

Rosalinda, tem 39 anos, moradora de Itaberaba, mulher negra, mãe solo, de religião não declarada, já concluiu a Licenciatura em Pedagogia. Como professora com uma carga horária de 40 horas semanais, sua rotina se caracterizava por uma logística cansativa, exigindo conciliar o trabalho, o longo deslocamento até a universidade e as tarefas domésticas. Apesar de contar com a ajuda da mãe, que cuidava de seu filho de 12 anos, a responsabilidade pela gestão do lar

---

<sup>3</sup>Foi utilizado nome fictício para todas as entrevistadas para preservar a identidade de cada uma.

permanecia majoritariamente com ela, o que implicava retomar atividades domésticas e acadêmicas mesmo após as 22h.

O esgotamento crônico era seu principal adversário, tornando o tempo dedicado ao estudo um recurso escasso, reservado a “pouquíssimos minutos” antes de dormir ou aos fins de semana. Rosalinda descreve a intensidade dessa rotina:

Muito cansativo, sempre trabalhei 40 h e morava longe do trabalho e da faculdade então eu saía de casa às 7 da manhã levava almoço na mochila e saía do trabalho às 17h e já descia pra Uneb, chegava em casa depois das 22 era o tempo q eu tinha pra fazer a tarefa da escola com meu filho e fazer as coisas em casa que minha mãe não deu conta de fazer (Rosalinda, 2025).

O cansaço físico e logístico era tão intenso que a levou ao adoecimento, afetando sua imunidade. Sua determinação em concluir o curso foi reforçada por uma experiência anterior de desistência. A motivação de Rosalinda vai além de um simples prazer; ela é existencial, baseada na responsabilidade materna, o que anula a possibilidade de ceder:

Nunca tive uma estratégia para lidar com isso. Simplesmente continuava porque era preciso, parar não era opção. Meu filho só depende de mim pra tudo, então eu não podia parar mesmo cansada. (Rosalinda, 2025).

Essa persistência é uma das falas mais contundentes, sublinhando que, para muitas mães, o diploma é uma necessidade pragmática para a provisão do filho. Contudo, essa luta nem sempre foi reconhecida. Em um momento de falta de acolhimento docente, ela chegou a ouvir que estava se "vitimizando", o que ilustra a invisibilidade da jornada da estudante mãe-trabalhadora no modelo universitário tradicional.

### **5.1.2 Margarida**

Margarida, 46 anos, residente da cidade de Marcionílio Souza, mulher assumidamente parda, evangélica, casada, é professora com 40 horas semanais e já concluiu o curso de Pedagogia. Ela é mãe de seis filhos, cujas idades variavam entre 2 e 25 anos quando iniciou a graduação. A conciliação de papéis era "difícil e estressante". Apesar de contar com o apoio do esposo, da mãe e dos filhos mais velhos para observar os mais novos, Margarida só conseguia se dedicar aos estudos após a meia-noite.

Sua impressionante capacidade de organização e compromisso fica evidente na sua média de horas de estudo, alcançada por meio de estratégias criativas:

Considerando o tempo de estudo em que estava na universidade, ainda conseguia estudar 1,5h no transporte com auxílio da lanterna e 1h após a chegada em minha residência, totalizando cerca de 5h diárias de estudo (Margarida, 2025).

O maior teste à sua resiliência veio com o agravamento do cuidado familiar estendido. Margarida precisou trancar o curso durante a fase do TCC para se dedicar à mãe e a uma tia idosa acamada que morava com a família. A obrigação do cuidado feminino, portanto, impôs uma interrupção na linearidade de sua formação. Sua filosofia, no entanto, era inabalável:

Desistir jamais, pois a persistência sempre foi o alvo que permeou para a conquista dos objetivos (Margarida, 2025).

Embora tenha conquistado o diploma, o custo da sobrecarga deixou sequelas na saúde. Atualmente, ela enfrenta problemas de saúde, como distúrbios do sono e instabilidade emocional. Margarida sugere que a universidade ofereça e divulgue amplamente serviços psicológicos, reconhecendo o impacto coletivo da jornada na saúde mental das estudantes.

### 5.1.3 Orquídea

Orquídea, 34 anos, parda, católica, residente em Marcionílio Souza, cursa História e está no 7º semestre (em aproveitamento de disciplinas). Trabalha 20 horas semanais como professora de Educação Infantil e é mãe de duas crianças (7 anos e 10 meses). A análise de seu perfil revela um claro fardo de tarefas domésticas, apesar de ser casada. Ao ser questionada sobre a responsabilidade pelas tarefas da casa, ela responde categoricamente:

Sim, faço tudo (Orquídea, 2025).

Essa sobrecarga doméstica, somada ao trabalho e ao cuidado com os filhos, resulta em exaustão e na anulação do tempo pessoal. Seu principal desafio reside no conflito de papéis: a necessidade de conciliar o tempo acadêmico com o tempo demandado pelas crianças:

Meu maior desafio é cuidar das crianças, preciso ter tempo também pra elas (Orquídea, 2025).

O esforço para equilibrar essas demandas a levou a trancar o curso anteriormente. Essa rotina intensa deixou marcas profundas, gerando uma sensação de perda de capacidade funcional, afetando tanto o corpo quanto a mente:

Afeta de forma que me sinto incapacitada de emocionalmente e fisicamente exercer outras atividades (Orquídea, 2025).

O objetivo de Orquídea é bem traçado: alcançar a estabilidade profissional através de um concurso público para garantir o futuro dos filhos. Seu conselho final, apesar do choro e da vontade de desistir que acompanham a caminhada, é um chamado à coragem.

#### **5.1.4 Marcelina**

Marcelina, 36 anos, negra, evangélica, residente em Marcionílio Souza, é professora com jornada de 40 horas semanais e cursa Pedagogia (encontrando-se dessemestralizada). Mãe de dois filhos (6 anos e quase 2 anos), sua trajetória acadêmica é marcada por interrupções e desafios logísticos. O deslocamento até a universidade é extremamente exaustivo — aproximadamente 80 km — consumindo tempo significativo e expondo-a a riscos na estrada. Ela relata que a falta de tempo frequentemente a impede de sequer tomar banho ou se alimentar antes de partir para a UNEB.

A conciliação de papéis se tornou um caos logístico, especialmente durante a pandemia, quando as aulas remotas misturaram irremediavelmente o espaço privado e o acadêmico:

Eu trabalhava durante o dia, cuidava do meu filho e quando precisava ainda ficava na loja. E quando dava 7 horas, era hora de começa a aula, tinha aquele sufoco de criança chorando pedindo mamadeira, era professor chamando pois estava na hora de apresentado o seminário, entre tantas outras coisas (Marcelina, 2025).

Marcelina precisou trancar o curso duas vezes por conta das gestações. Seu relato evidencia a vulnerabilidade acadêmica da estudante mãe diante da falha da rede de apoio. A conclusão de seu TCC só foi possível graças à intervenção de sua mãe, que veio morar com ela exclusivamente para auxiliá-la. A sobrecarga resultou em problemas de saúde mental, com sentimentos de cansaço, angústia e ansiedade. Para resistir, ela usa a fé e o autocuidado como estratégias de sobrevivência:

Entregando tudo nas mãos de Deus e confiando que tudo vai dar certo, procuro, sempre que possível, desacelerar um pouco. Nos momentos em que consigo, faço atividades físicas, ouço músicas, cuido das minhas coisas pessoais, assisto a filmes e pratico o autocuidado, como fazer as unhas (Marcelina, 2025).

O seu conselho final, direcionado às mulheres que ainda não são mães, é um alerta amargo sobre o peso da maternidade na trajetória acadêmica:

Para as mulheres que ainda não são mães, o conselho que tenho é o seguinte: não percam tempo, pois depois que se tornam mães tudo fica mais difícil (Marcelina, 2025).

### 5.1.5 Rosa

Rosa, 36 anos, mora em Itaberaba-BA, autodeclarada parda, de religião cristã, solteira e professora com 20 horas semanais, cursa Pedagogia (está dessemestralizada). Sua condição é marcada pela solidão do cuidado, pois ela é a única responsável pela casa e pela filha de 5 anos, com o parceiro frequentemente ausente devido ao trabalho. Essa ausência de rede de apoio a obriga a uma organização exaustiva. Durante a semana, acorda às 05 horas e 30 minutos. Desloca-se para o seu trabalho às 07 horas e 30 minutos e retorna às 17 horas. O único momento que tem para se cuidar é às 18 horas. O estudo, nesse cenário, é sempre adiado para o último momento:

É sempre por último, depois das 22:00 horas, tarde da noite, depois de colocar a minha filha para dormir, término as tarefas domésticas, às vezes já exausta, mas sempre cumpro com todas minhas atividades em dia... (Rosa, 2025)

O maior desafio logístico de Rosa era a necessidade de levar a filha para a universidade à noite, o que gerava desgaste físico, custo financeiro e perturbava a rotina da criança. Ela relata o sacrifício compartilhado:

O custo com transporte para as duas irem à universidade, o desgaste para ela em ficar na sala de aula, muitas vezes dorme nas cadeiras no fundo da sala, pede para ir embora, quebra a rotina de horários dela, fica bem cansada, estressada (Rosa, 2025).

A sobrecarga e a solidão do cuidado tiveram um impacto severo em sua saúde mental, levando-a a buscar ajuda médica psiquiátrica para tratar ansiedade e depressão, condições que ela relaciona explicitamente à falta de apoio e as demandas pós-parto e da pandemia. Para Rosa, a existência de espaços de acolhimento infantil, como a Brinquedoteca, foi crucial para sua permanência:

Estar na universidade como mãe é também um ato de resistência, superação, transformação social e pessoal (Rosa, 2025).

## 5.2 A MATERIALIDADE DA DUPLA E TRIPLA JORNADA DE TRABALHO

Rosalinda é um dos exemplos para compreender o que Hirata e Kergoat (2007) chamam de dupla e tripla jornada de trabalho, em que a mulher acumula as funções de produtora, cuidadora e gestora doméstica. Sua fala retrata um cotidiano exaustivo:

Muito cansativo, sempre trabalhei 40h e morava longe do trabalho e da faculdade, então eu saía de casa às 7h da manhã [...] chegava em casa depois das 22h, era o tempo que eu tinha pra fazer a tarefa da escola com meu filho e fazer as coisas em casa que minha mãe não deu conta de fazer (Rosalinda, 2025).

Desta forma, essa rotina de 15 horas diárias entre deslocamento, trabalho e estudo evidencia o que Bourdieu (1989, p. 62) define como *habitus*: um conjunto de disposições internalizadas que orientam o agir social “[...] sem necessidade de o agente raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço.” Nesta compreensão, Rosalinda cumpre esse ciclo por necessidade, movida pela obrigação moral do cuidado, internalizando todo esse processo como um dever natural. Com relação a resistência feminina, percebe-se em sua fala:

Nunca tive uma estratégia para lidar com isso. Simplesmente continuava porque era preciso, parar não era opção. Meu filho só depende de mim pra tudo (Rosalinda, 2025).

Vê-se, neste caso, a naturalização da sobrecarga e da violência simbólica, conceito de Bourdieu (1989) retomado por Saffioti (2021) como forma de dominação invisível, aceita até pelas próprias vítimas. O sistema universitário, ao não reconhecer as especificidades das estudantes mães, reforça essa violência quando, por exemplo, uma docente a acusa de ‘vitimização.’ Esse julgamento traduz o que Saffioti (2021, p. 116) chama de “Agentes sociais subalternos, como os criados, asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina

patriarcal.”, que opera quase automaticamente, sustentando a desigualdade mesmo em espaços de saber.

Corroborando com isso, a sobrecarga se repete na fala de Margarida (46 anos, 6 filhos), que transforma o ônibus em um espaço de estudo:

Conseguia estudar 1,5h no transporte com auxílio da lanterna e 1h após a chegada em minha residência, totalizando cerca de 5h diárias de estudo (Margarida, 2025).

Esse ato de estudar no transporte é um gesto de resistência criativa, uma estratégia de autopreservação e ascensão dentro de um sistema que exige dedicação integral, mas não oferece estrutura de apoio. Tal resistência ecoa o conceito de capital cultural em Bourdieu (2003, p. 297), segundo o qual “[...] nem todos detêm o código que permite decifrá-lo[.]” uma metáfora para o acesso desigual às condições materiais e simbólicas da aprendizagem.

Segundo Padilha (2013), o esforço de dar conta de tudo configura um trabalho emocional, um trabalho extra empreendido pelo sujeito na tentativa de preservar a harmonia e a estabilidade, ainda que isso ocorra em detrimento de sua própria saúde. Com isso, Margarida relata:

Atualmente enfrento alguns problemas de saúde como distúrbios do sono, e muitas vezes não me sinto tão bem emocionalmente (Margarida, 2025).

Sendo assim, vê-se que a precarização do tempo e da saúde das estudantes mães, portanto, não é apenas pessoal, mas estrutural. A resistência se torna, diante disso, uma forma de sobrevivência dentro de um espaço que exige sacrifício como prova de mérito. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 603), as políticas de conciliação mantêm o status e mascaram o desequilíbrio entre os gêneros.

### 5.3 A COERÇÃO DO CUIDADO E A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA INSTITUCIONAL

O papel social de cuidadora, atribuído às mulheres desde o nascimento, emerge com força nas falas das entrevistadas, revelando o que Saffioti (2021, p. 54) define como a “[...] inserção das mulheres e esposas na estrutura social[.]”, responsável por delimitar suas possibilidades de autonomia. Essa coerção é evidente em Margarida, que afirma:

Tranquei por um semestre quando estava cursando o TCC para cuidar da minha mãe e continuar cuidando de uma tia idosa acamada que convivia conosco (Margarida, 2025).

Nesta atmosfera, depreende-se que a internalização desse dever de cuidado é produto desse dispositivo simbólico que faz com que a mulher exerça o cuidado como algo natural, ainda que à custa de seus próprios projetos. Alinhado isso, Saffioti (2021, p.139) amplia essa análise ao propor que o patriarcado se entrelaça com o racismo e o capitalismo, formando um “[..] nó estrutural[...]” que perpetua desigualdades múltiplas.

Ainda neste universo, o padrão descrito aparece na trajetória de Marcelina (36 anos, 40h), cuja fala ilustra o impacto direto da maternidade e da ausência de políticas institucionais:

Precisei trancar um semestre devido à gravidez [...]. Depois engravidei novamente, já quase no 8º semestre (Marcelina, 2025).

Com base neste comentário, percebe-se que a descontinuidade acadêmica, marcada por trancamentos, revela a vulnerabilidade das estudantes mães e a inexistência de um modelo universitário que reconheça o cuidado como parte legítima da vida acadêmica. Quando relata que:

Minha mãe veio passar um tempo comigo para me ajudar exclusivamente a concluir a faculdade (Marcelina, 2025).

Esse pensamento reforça que o apoio familiar, e não a instituição é o que viabiliza a permanência, confirmando o alerta de Barreto (2014, p. 42) sobre a influência das condições familiares e econômicas na desigualdade de gênero no ensino superior.

Já Rosa vivencia uma forma ainda mais severa dessa coerção, marcada pelo isolamento e pela ausência total de rede de apoio:

Não tenho com quem deixar minha filha para ir à noite assistir aula, aí tenho que levá-la à universidade. [...] Muitas vezes dorme nas cadeiras no fundo da sala (Rosa, 2025).

Essa cena revela a sobreposição de espaços e papéis, o público e o privado que Franco (2024) e Guimarães e Pinheiro (2023, p. 447) associam o halo do cuidado como o conjunto de demandas que transcendem o trabalho físico, alcançando dimensões emocionais, morais e afetivas do sujeito. Neste viés, Rosa expressa o impacto direto dessa sobrecarga:

Desde 2021 comecei uma luta grande contra a ansiedade e depressão. [...] A falta de rede de apoio afetou meu emocional (Rosa, 2025).

Sendo assim, a universidade torna-se um espaço paradoxal: lugar de emancipação e, ao mesmo tempo, de reafirmação da desigualdade. Quando Rosalinda ouve que “estava se vitimizando”, ou quando Rosa precisa medicar a própria ansiedade, temos a materialização da violência simbólica de Bourdieu (1989), que age de forma invisível e perpetua a exclusão sob o disfarce da neutralidade institucional.

#### 5.4 EMPODERAMENTO, VULNERABILIDADE E A LUTA COMO RESISTÊNCIA

Apesar da exaustão, as entrevistadas ressignificam a dor e o cansaço como formas de resistência e esperança. Saffioti (2021, p. 8) lembra que a luta feminista busca a “[...] emancipação das mulheres (e dos homens) da sociedade de classes[...]”, e essa emancipação se expressa aqui por meio da persistência nos estudos, mesmo quando tudo aponta para o abandono. Neste viés, Orquídea (34 anos) expressa essa resistência ao relatar:

Cheguei a trancar dois semestres, mas continuei porque comecei a ter apoio da brinquedoteca (Orquídea, 2025).

Com isso, a presença de uma brinquedoteca, ainda que simples, demonstra o impacto que políticas de acolhimento infantil podem ter na permanência feminina. Essas políticas são necessárias para dar o suporte as mulheres que sofrem esse impacto opressor da sociedade machista. Além disso, a fala de Orquídea (2025) reflete ao diz:

Quero ser um exemplo para minha filha e para outras mulheres.

Essa fala reproduz o conceito de empoderamento transformador defendido por Duarte (2023, p. 27), para quem o feminismo pode romper com sistemas excludentes e discriminatórios, resultando na conquista dos direitos da pessoa humana. A educação, nesse sentido, torna-se instrumento de libertação e de reprodução de novos valores. Da mesma forma, Rosa ao afirmar que:

Estar na universidade como mãe é também um ato de resistência, superação, transformação social e pessoal (Rosa, 2025).

Consoante a isso, a fala materializa o que Freire (2005) propõe como horizonte ético da educação: uma formação crítica e emancipadora, capaz de reconhecer a opressão e transformá-la em ação libertadora. Ao não se culpar “por não dar conta de tudo naquele dia”, Rosa (2025) pratica uma pedagogia da autocompaixão, uma forma de resistência emocional à culpa patriarcal que Saffioti (2021) identifica como pilar da dominação ocidental: “[...] a civilização ocidental é, pelo menos para as mulheres, a civilização da culpa.”

## 5.5 ENTRE O COMUM E O DIVERSO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO PERFIL DAS PARTICIPANTES

Diante dos dados analisados, é possível pontuar algumas características que revelam a experiência da maternidade na universidade. Visto isso, acerca da cor da pele, cabe ressaltar uma realidade visível na sociedade brasileira na universidade no que tange à cor da pele. Enquanto algumas entrevistadas, a exemplo de Marcelina, se autodeclararam negras, trazendo à tona o debate sobre o racismo estrutural, outras, como Rosa, optaram por não declarar sua cor. Infere-se, assim, que as mulheres negras estão a cada dia mais ocupando os espaços universitários, graças as políticas de cotas. Entretanto, o racismo ainda fortemente entranhado na sociedade, impede muitas de se autodeclararem ou compreender a sua cor. Sendo assim, conforme aponta bell hooks (2014), soma-se isso ao estigma histórico da "força desmedida", o que muitas vezes invisibiliza seu direito ao cansaço e ao acolhimento institucional.

Ademais, cabe notar que a religião das participantes é algo para se analisar. Vê-se que algumas candidatas se assumem evangélicas, como Marcelina. A partir disso, entende-se como o tradicionalismo e o conservadorismo impõem costumes e regras que faz com que as mulheres aceitem a subordinação diante do trabalho de cuidado. Isso porque existe idealização da "mulher virtuosa", aquela que deve zelar pelo lar e pela família com abnegação. Conseqüentemente, intensifica a cobrança interna quando os estudos exigem tempo que seria dedicado à família ou à igreja.

Por fim, quanto ao estado civil, percebe-se que há mães solas e casadas. A fala de Rosa, uma mãe solteira, demonstra como a ausência frequente do parceiro corrobora para a solidão e sobrecarga no seu dia-a-dia, dada a falta de apoio e acolhimento. Mesmo havendo uma figura paterna, a responsabilidade logística e mental recai inteiramente sobre ela, obrigando-a a suprir todas as necessidades de casa. Já para as participantes casadas ou com companheiros presentes, a dificuldade reside na "ilusão da divisão". Logo, as entrevistas mostram que, mesmo com a

presença masculina, a gestão do lar e dos filhos continua sendo uma atribuição primária da mulher, perpetuando a divisão sexual do trabalho criticada por Hirata e Kergoat (2007).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta central deste estudo — como as mães e donas de casa da UNEB, DEDC – Campus XIII, conseguem conciliar a vida acadêmica com as responsabilidades de universitárias, mães e cuidadoras do lar? — observa-se que a pesquisa, conduzida por uma abordagem qualitativa, descritiva e apoiada no método monográfico, permitiu entender com profundidade o cotidiano dessas mulheres. Como os objetivos buscavam analisar a influência dos estereótipos de gênero, identificar os desafios da conciliação, compreender os efeitos da sobrecarga doméstica e discutir as estratégias usadas por essas estudantes, a investigação reuniu revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo para interpretar os dados. Assim, os resultados mostram que a cultura patriarcal e a divisão sexual do trabalho continuam afetando diretamente essas universitárias, que vivem múltiplas jornadas marcadas pelo cansaço. Mesmo assim, elas criam diferentes formas de resistência, reorganizam suas rotinas e lutam para permanecer na universidade, revelando tanto a dureza das desigualdades de gênero quanto a força e a determinação presentes em suas trajetórias.

Portanto, ficou evidente que a cultura sexista e a divisão sexual do trabalho continuam operando dentro e fora da universidade. As estudantes enfrentam jornadas exaustivas que comprometem sua saúde física e mental, muitas vezes sem qualquer suporte institucional. A "conciliação" se mostrou, na prática, um eufemismo para uma sobrecarga desumana, onde o sucesso acadêmico depende quase exclusivamente da resiliência individual.

Ademais, observa-se que a estrutura patriarcal nivela as experiências pela exaustão. Marcelina (negra e evangélica) e Rosa (solteira e sem cor declarada) chegam a mesma problemática: a falta de tempo. Isso demonstra que, independentemente das especificidades. O que se nota é a diversidade do sofrimento — para umas, atravessado pelo racismo ou pela culpa religiosa; para outras, pela solidão absoluta da gestão doméstica — mas o obstáculo final é o mesmo: um sistema acadêmico que não foi desenhado para acolher a diversidade da vida dessas mães.

Conclui-se que a universidade potencializar os debates nesta temática e reforçar o seu compromisso com a equidade de gênero. Isso porque não basta abrir as portas; é necessário garantir que essas mulheres não precisem escolher entre a maternidade e a formação. Desta

maneira, através da continuidade de lutas feministas, pode-se almejar, junto a universidade, equidade e mais acolhimento frente as desigualdades de gênero.

## REFERÊNCIAS

ARRUSA, Angela; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. In: DUARTE, Constância Lima (org.). **Feminismo: uma história a ser contada**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 26-51.

BARRETO, Andreia. O ensino superior em foco: a trajetória de mulheres na universidade. **Revista de Educação Superior**, v. 10, n. 3, p. 38–55, 2014.

BARROSO, Carmen Lúcia de M.; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 47-77, dez. 1975.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. [S. l.]: FECLESC, [s.d.].

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 537–572, 2007.

DUARTE, Constância Lima (org.). **Feminismo: uma história a ser contada**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 12, p. 119–126, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n2/v12n2a04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008.

GUIMARÃES, M. P. C.; PINHEIRO, R. S. O “halo do cuidado” e os desafios da provisão de cuidados no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 445-458, 2023.

HELAL, Diogo Henrique. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 2, p. 386–408, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Ana Claudia Lopes et al. **O (não) lugar das mulheres na universidade**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2022v25n2p340>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, n. 22, p. 7-32, 1999.  
NUNES, Danilo Henrique; PINA, Selma Tomé; SILVA, Juvêncio Borges. A representação feminina nas universidades e a concreção da cidadania. **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Santo Ângelo, v. 21, n. 41, p. 159-173, set./dez. 2021.

PADILHA, Valquíria. **Trabalho emocional: a exploração invisível**. São Paulo: Cortez, 2013.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M.;

VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-84.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2009.

SOUSA, Cynthia Pereira de. **Gênero e universidade no Brasil: acesso ao ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2008.